

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DE SI: A CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Rodrigo Klassen Ferreira

Paola Verdun

RESUMO

Este estudo busca problematizar algumas questões relacionadas à escolarização na sociedade contemporânea, tratando especialmente da Educação Profissional oferecida pelos Institutos Federais (IFs) e do Programa Mais Educação e seu correlato Ação Relação Escola-Comunidade. Para isso, conta com embasamento em estudos de viés foucaultiano, a partir dos quais faz breve revisão sobre os conceitos de governamentalidade neoliberal, sociedade da aprendizagem e capitalismo cognitivo. Uma breve trajetória dos projetos de educação citados é traçada de modo a compreender como foi possível chegarmos às suas atuais formatações. A partir da descrição do modo de funcionamento dessas propostas, são feitas relações com os conceitos mencionados anteriormente apontando indícios de que visam formar sujeitos empresários de si e empreendedores, frequentemente aderindo a artefatos tecnológicos para atingir seus objetivos.

Palavras-chave: Institutos Federais. Programa Mais Educação. Governamentalidade neoliberal. Sociedade da aprendizagem. Capitalismo cognitivo.

ABSTRACT

This study aimed to discuss some issues related to education in contemporary society, especially addressing the Professional Education offered by the Federal Institutes (IFs), the More Education Program and its correlative Action Relationship School-Community. For this, we have grounding in Foucault's bias studies, from which is made a brief review of the concepts of neoliberal governmentality, learning society and cognitive capitalism. A brief history of the mentioned projects is drawn in order to understand how it was possible to get to their current formats. From the description of the operating mode of these proposals, relations are made with the concepts mentioned above pointing that they aim to train individuals to be entrepreneurs of the self, often using technological artifacts to achieve their goals.

Keywords: Federal Institutes. More Education Program. Neoliberal Governmentality. Learning society. Cognitive Capitalism.

A educação contemporânea capilariza-se continuamente, mobilizando sujeitos em recônditos do mundo, vasculhando as periferias, as prisões e penetrando onde mais houver vulneráveis ou possíveis riscos para a sociedade. Pensando na situação brasileira, observamos, particularmente na última década, políticas públicas voltadas para a ampliação da escolarização da população, em especial aquela em situação de vulnerabilidade, como o Programa mais Educação (PME), a Relação Escola-Comunidade (antigo Programa Escola

Aberta), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a Educação Prisional, a Educação de Jovens e Adultos e a crescente oferta de Educação Profissional pelos Institutos Federais de Educação (IFs).

Parece-nos muito relevante questionar quais racionalidades e discursos teriam construído tal realidade. Pretendemos, neste artigo, compreender que tipos de sujeitos pretendem produzir e com que finalidades operam duas das iniciativas educacionais citadas anteriormente – a Educação Profissional oferecida pelos Institutos Federais e o Programa Mais Educação junto ao seu correlato Relação Escola-Comunidade. Apesar de distintas, pretendemos mostrar que as duas propostas educacionais convergem em alguns objetivos e práticas, o que mostra sua inserção em uma mesma racionalidade. Entendemos que ambas visam formar sujeitos empresários de si e empreendedores, frequentemente utilizando artefatos tecnológicos para atingir seus objetivos.

Na próxima seção, apresentamos um quadro teórico, com alguns conceitos centrais para nossas análises, procurando relacioná-los a algumas das características centrais da Educação Profissional dos IFs, do Programa Mais Educação e da Ação Relação Escola-Comunidade. Nossa hipótese é a de que esses projetos de educação funcionam como estratégias para produzir sujeitos de acordo com a governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008), dados os fundamentos em que se apoiam suas práticas.

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Simons e Masschelein (2011), na esteira de Foucault, entendem governo como uma condução das condutas, e destacam que na governamentalidade neoliberal as pessoas são entendidas como eus empresariais ou empresários de si:

O governo de si empresarial implica o olhar para si mesmo como habitante de um ambiente particular, que tem necessidades e que produz bens (ou mesmo investe em capital humano¹) com o propósito de conhecer e satisfazer essas necessidades (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011, p. 124).

Na mesma direção, Saraiva e Veiga-Neto (2009) apontam alguns deslocamentos importantes ocorridos na passagem do liberalismo que emerge no século XVIII para o

¹ Conjunto de destrezas, habilidades e conhecimentos que permite a cada um inserir-se no sistema produtivo e conseguir renda a partir do seu trabalho. A educação seria apenas um investimento no capital humano.

neoliberalismo, dos quais destacamos quatro que interessam para nossas análises. O primeiro refere-se à passagem da centralidade da fábrica, na modernidade sólida, concentrada em prédios e máquinas pesadas, para a empresa, na modernidade líquida, que privilegia o ciberespaço e atua por meio de equipamentos digitais. O segundo consiste na transformação do capitalismo industrial (baseado na reprodução de mercadorias padronizadas) em capitalismo cognitivo (cuja ênfase está na invenção como processo continuado). O terceiro deslocamento refere-se à mudança de ênfase de um trabalho que prioriza o corpo e seus movimentos mecânicos - trabalho fabril, para um trabalho que prioriza a alma e o seu poder criativo - trabalho imaterial. Esta transformação, em especial, faz com que se questione a necessidade de a escola continuar a produzir corpos dóceis e úteis para o trabalho na fábrica, como acontecia na modernidade sólida. Para o trabalho imaterial, então, tornou-se necessário produzir outro tipo de corpo? Em parte respondendo a esta questão, os autores assinalam um quarto deslocamento, que seria a passagem da escola moderna, que pensava no longo prazo, na temporalidade linear e contínua, para as pedagogias que buscam a aplicação imediata do conhecimento, estruturada em uma temporalidade fragmentada (por exemplo, a pedagogia por projetos, cujo ponto de partida é o interesse dos alunos).

Na governamentalidade neoliberal, temos um Estado que reduz as suas próprias responsabilidades e passa a onerar mais os indivíduos. Nessa nova racionalidade, os trabalhadores disciplinados dão lugar a outro tipo de sujeito, pois a objetivação econômica agora deve se expandir para todos os domínios da vida, pensando também naqueles considerados fora do econômico. Esses novos sujeitos não devem ser mais passivos, mas sim “indivíduos que saibam tomar conta de sua vida, que sejam capazes de se responsabilizarem pelo seu próprio bem-estar e pela sua produtividade” (SARAIVA, 2013, p. 170). Destaca-se a necessidade de produzir sujeitos úteis ao mercado, ou seja, que saibam e queiram agir como atores livres, isto é, o que Foucault chama de empresários de si.

A partir destes pressupostos, podemos tecer uma relação entre governamentalidade e sociedade da aprendizagem, expressão que, segundo Simons e Masschelein (2011), na atualidade, é frequentemente mencionada no discurso educacional e político. Os autores trazem o exemplo da União Europeia, onde vem crescendo a ideia de aprendizagem ao longo da vida (ALV), que “está gerando uma população europeia de aprendentes auto-organizados” (SIMONS; MASSCHELEIN, 2011, p. 128). Saliendam a importância dada na Europa ao exame PISA, desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estaria tramado com técnicas governamentais que responsabilizam mais os sujeitos pela sua própria aprendizagem. Uma hipótese interessante,

voltando a pensar no contexto brasileiro, seria a de que essa mesma racionalidade esteja guiando os discursos pedagógicos contemporâneos que exaltam o aprender a aprender, através da pedagogia de projetos, por exemplo, e que demonizam o ensino de conteúdos. As tendências dizem que devemos ser aprendizes ao longo da vida e é isso que fará - e em muito já faz - essa sociedade funcionar. Um sujeito que aprende a aprender e que nunca finaliza sua aprendizagem é capaz de se reconfigurar de acordo com as tendências do mercado e assim se mantém competitivo e útil à manutenção do Estado governamental.

Simons e Masschelein (2011, p. 130) acrescentam que “ser cidadão da sociedade da aprendizagem significa não apenas ser criativo e querer participar, mas, de modo geral, demanda algo mais, uma disposição para investir com vistas a um retorno futuro”. Participação e criatividade tornam-se exigências não por acaso em uma sociedade que depende da capacidade de inovação e da proatividade de seus membros para se manter em funcionamento. Com relação à aprendizagem por meio de projetos e às transformações na noção de tempo na contemporaneidade, Saraiva e Veiga-Neto (2009, p. 198) acrescentam que

Os projetos de aprendizagem visam a transformar o longo prazo de recebimento da recompensa em curto prazo, produzindo uma satisfação imediata. O tempo contínuo da escola disciplinar torna-se assim um tempo pontilhista, marcado pela sucessão de projetos.

Percebe-se a necessidade emergente de a escola acompanhar a velocidade de outras instituições da sociedade atual, dentre elas a do sistema produtivo. Talvez a aprendizagem por projetos venha para contentar os sujeitos acostumados com a velocidade e o curto prazo nos espaços que habitam fora da escola. Tal constatação pode também ser relacionada à ideia de sociedade da aprendizagem, tal como apresentam Simons e Masschelein (2011). Quando se consegue produzir conhecimento a partir da execução de um projeto, é possível que se consiga empreender outros projetos com base nos mesmos passos e esforços a fim de produzir outros conhecimentos. Ora, essa é uma forma de se aprender a aprender. É importante pensar que a pedagogia de projetos, sob o pretexto de trabalhar com os interesses dos estudantes, produz ela mesma esses interesses, pois os mesmos estão sempre dentro de um recorte previsto no programa de cada disciplina. Assim como o Estado neoliberal utiliza intervenções sobre o meio para governar os sujeitos, a escola do Estado neoliberal também intervém no mesmo sentido, visando a produção de interesses dos sujeitos. Ainda nesse contexto, Saraiva e Veiga-Neto (2009) percebem novas configurações no trabalho docente, bastante precarizado e visto, muitas vezes, como uma atividade de gestão de competências numa escola que precisa

servir à lógica empresarial produzindo sujeitos capazes de permanente reconfiguração de si e de gestão de seu capital humano.

PRODUZINDO EMPRESÁRIOS DE SI: PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTITUTOS FEDERAIS, O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E AÇÃO RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE

Com a finalidade de estabelecermos uma organização que torne possível a análise conjunta dos IFs, do PME e da Relação Escola-Comunidade, dividimos esta seção em subseções que tratam, respectivamente, da história da construção dessas iniciativas educacionais, do modo como elas operam e dos pontos em que convergem para formar empresários de si e empreendedores.

Montando o quebra-cabeça

Afastar jovens “da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Decreto 7.566. BRASIL, 1909.) foi a justificativa para a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha, no ano de 1909. Tais escolas dedicavam-se à formação de operários em cursos que iam das 10 horas da manhã às 4 horas da tarde e, à noite, ensinava noções de leitura, escrita e cálculo aos aprendizes que não as possuíssem. Esse acontecimento é considerado pelo Ministério da Educação como o marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que no ano de 2015 completou 106 anos de existência. Observa-se na história da Educação Profissional brasileira, além de mudanças nos nomes das escolas, uma progressão nos objetivos das instituições. A Rede Federal inicia com escolas que existiam exclusivamente para formação de mão de obra e para disciplinar e ocupar os vulneráveis. À medida que o sistema industrial avança e se desenvolve, passam primeiro a agregar o ensino das disciplinas da base comum e depois, a partir de 1978, iniciam uma intenção de formar para a inovação. Na última década, em especial, foi viabilizada uma verdadeira explosão de institutos federais que, em seus documentos legais, vão falar, além de inovação, em empreendedorismo, em formação continuada, em ingresso no mercado de trabalho através da Educação de Jovens e Adultos, em geração e adaptação de soluções técnicas e em pesquisa científica. Ao longo desse processo, os objetivos vão sendo

reconfigurados à medida que vão se agregando novas necessidades tanto em relação ao sistema produtivo, quanto à necessidade de governar os sujeitos.

Já o Programa Mais Educação foi criado pelo Governo Federal em 2007 para atender, inicialmente, 1.380 escolas que apresentavam os piores resultados no índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)² e eram consideradas em situação de vulnerabilidade social – assim como os sujeitos que frequentavam as Escolas de Aprendizagem Artífices. A proposta do programa é de que no turno oposto ao das aulas, os alunos tenham acompanhamento pedagógico obrigatório e participem de atividades variadas, contando ainda com café da manhã, almoço e lanche. Associado a este Programa, existe a ação Relação Escola-Comunidade, que tem os mesmos moldes do Programa Escola Aberta, criado em 2004, com a articulação dos Ministérios da Educação, Trabalho, Cultura e Esporte. Seu objetivo, segundo o Ministério da Educação, é assegurar aos jovens, crianças e famílias o acesso aos espaços de convívio solidário e ético, além de proporcionar convívio com atividades culturais, esportivas, de lazer e geração de emprego e renda para a comunidade. As atividades são disponibilizadas aos sábados e domingos no espaço escolar, e para seu funcionamento, a escola obrigatoriamente deve ter aderido anteriormente ao PME.

Modus operandi: o PME e a Relação Escola-Comunidade

O Manual Operacional de Educação Integral enfatiza que o PME é uma estratégia que:

promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. (BRASIL, 2014, p. 4).

Para tanto, o PME, conforme o Manual Operacional de Educação Integral, oferece atividades a serem trabalhadas com os alunos selecionados, as quais são divididas em sete macrocampos, sendo um deles *Comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica*.

² O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este índice tenta reunir em um só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Seus resultados são sintéticos e permitem traçar metas de qualidade educacional.

Este macrocampo visa estimular a comunicação para as escolas “fortalecerem ecossistemas comunicativos, estimulando práticas de socialização e convivência no espaço escolar”. (BRASIL, 2014, p. 9). O Manual também orienta, no caso das atividades propostas pela ação Relação Escola-Comunidade, que sejam diversificadas e contemplem diferentes áreas, sendo uma delas *Qualificação para o trabalho/Geração de renda*. As escolas, segundo o manual, devem preencher o Plano de Atendimento da Escola, escolhendo pelo menos 6 atividades a serem trabalhadas aos fins de semana. O acesso ao Plano é restrito às escolas participantes, não constando no manual as atividades disponíveis, as quais deverão ser escolhidas “de acordo com as características de cada unidade escolar e sua comunidade no entorno”. (BRASIL, 2014, p. 29). Em blog disponível online³, uma escola do Estado do Espírito Santo, por exemplo, em 2012, ofereceu as oficinas *Informática* no turno da manhã e *Artesanato/Trabalhos manuais* no turno da tarde, ambas aos sábados. Este macrocampo e área foram escolhidos para este trabalho por oferecerem atividades que, ao destacar o uso de artefatos tecnológicos, se aproximam com as teorizações que colocamos, sendo muito produtivos para nossas análises.

Modus operandi: os IFs

Tomamos como base, aqui, as características do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), que conta com 14 câmpus no Estado do Rio Grande do Sul que funcionam sob a mesma organização pedagógica e administrativa⁴ e que oferecem educação básica, técnica e tecnológica com foco em cursos técnicos integrados de nível médio, cursos técnicos subsequentes, cursos PROEJA, cursos de graduação e pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão⁵. De modo geral, estas instituições contam com variados laboratórios destinados às aulas das áreas técnicas, quadras de esportes coberta, auditórios, bibliotecas, entre outros espaços.

Outra informação relevante é a de que os IFs costumam oferecer oportunidades e atividades que escolas de outras redes de ensino não oferecem ou não têm condições de

³ O blog mencionado está disponível em <http://escolaabertaagenordesouzale.blogspot.com.br/p/informatica.html>.

⁴ No RS, há três Institutos Federais: IFSul, IFRS e IF Farroupilha, com reitorias respectivamente em Pelotas, Bento Gonçalves e Santa Maria. Cada um deles tem campus afiliados em diferentes regiões do estado.

⁵ Curso técnico integrado: diurno e quatro anos de duração. Requisito: ensino fundamental completo. Curso técnico subsequente: noturno e dois anos de duração. Requisito: ensino médio completo. PROEJA: noturno e quatro anos de duração. Requisito: ensino fundamental completo. Graduação e pós-graduação: conforme prevê a lei de criação do IFs, são predominantemente cursos de formação tecnológica, licenciaturas em Ciências e Matemática e para a Educação Profissional.

oferecer, como visitas técnicas, participação em feiras e eventos culturais e científicos, espaços para prática de variadas modalidades esportivas, mobilidades internacionais, auxílios para alimentação, transporte e moradia, horários em que professores ficam à disposição para estudo individual, entre outros.

No caso do IFSul, no currículo, além das disciplinas técnicas e das disciplinas da base comum, constam algumas disciplinas-chave que geralmente recebem os nomes de Metodologia Científica ou Elaboração de Projetos. Além dessas disciplinas, várias outras, técnicas ou não, incentivam e cobram a realização de projetos de pesquisa sobre os mais diversos temas. Todos os câmpus do IFSul sediam algum tipo de feira de iniciação científica, para a qual todos os outros câmpus são convidados a enviar seus alunos e respectivos projetos, sendo esse um dos momentos mais importantes do ano letivo em cada câmpus. Os projetos que se destacam nessas feiras geralmente são premiados com vagas para outras feiras, como a MOSTRATEC e a FEBRACE⁶ e até mesmo em eventos internacionais. Muitos dos estudantes envolvidos em projetos passam longas horas na escola além daquelas dedicadas às aulas regulares. A reitoria do IFSul, através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, conta inclusive com um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que tem por finalidade “incentivar ações que tenham por fundamento o desenvolvimento tecnológico, inovação, empreendedorismo [...] E, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento econômico tecnológico e social do país [...]” (*site* do IFSul). Os projetos que se destacam nas feiras podem vir a ser registrados no NIT e podem receber algum tipo de fomento e auxílio na proteção da propriedade intelectual.

Outra disciplina comum ao currículo dos cursos técnicos integrados é a de Gestão e Empreendedorismo, o que vem ao encontro do que Saraiva e Veiga-Neto (2009) destacam sobre as mudanças de ênfase, na contemporaneidade, de administração para gestão e de fábrica para empresa. Não é suficiente para um egresso de curso técnico saber operar os equipamentos relacionados à sua área de atuação. São necessárias habilidades que permitam ao sujeito se reconfigurar como profissional, empresariando a si mesmo para a manutenção de seu emprego e, se possível, para alcançar posições mais altas em sua carreira. Percebe-se que o IFSul dispõe de uma variedade de ferramentas com grande poder de convencimento da importância dada ao ato de aprender a aprender e que isso pode estar sendo crucial na

⁶ MOSTRATEC: Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia / Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia. Novo Hamburgo, RS. FEBRACE: Feira Brasileira de Ciências e Engenharia. São Paulo, SP.

formação de sujeitos capazes de criar e inovar, ou seja, que possam usar de capital cognitivo para o próprio sucesso e o sucesso dos interesses do Estado governamental.

Além das feiras de iniciação científica, ao menos dois câmpus do IFSul realizam competições de robótica educacional: a ROBOTIF, no Câmpus Camaquã, e a ROBOCHARQ, no Câmpus Charqueadas. Desdobramentos sobre as atividades com robótica nos IFs serão abordados na próxima seção.

Pontos de convergência: tecnologias para produzir empresários de si e empreendedores

Anteriormente destacamos o macrocampo *Comunicação, uso de mídias e cultura digital e tecnológica* do PME. Esse macrocampo possibilita escolher entre oito atividades disponíveis, a seguir: Ambiente de redes sociais, Fotografia, Histórias em quadrinhos, Jornal escolar, Rádio escolar, Robótica educacional e Tecnologias educacionais. Consideramos a robótica educacional, as tecnologias educacionais, as propostas de educação para a pesquisa e para o empreendedorismo centrais para nossos argumentos, pois em todas essas práticas visa-se a ampliação das oportunidades de aprendizado utilizando o planejamento de projetos e, frequentemente, a partir do contato com o mundo tecnológico.

No trabalho com a atividade Robótica educacional, o manual do PME enfatiza que

Permite uma diversidade de abordagens pedagógicas em projetos que desenvolvam habilidades e competências por meio da lógica, blocos lógicos, noção espacial, teoria de controle de sistema de computação, pensamento matemático, sistemas eletrônicos, mecânica, automação, sistema de aquisição de dados, ecologia, trabalhos em grupos, organização e planejamento de projetos (BRASIL, 2014, p. 10).

A atividade Tecnologias educacionais visa a “aplicação de tecnologias específicas visando a instrumentalização metodológica para ampliação das oportunidades de aprendizado dos estudantes participantes do Programa Mais Educação”. (BRASIL, 2014, p. 10).

A diversidade de abordagens pedagógicas para desenvolver habilidades e competências também diversas parece se encaixar muito bem na tentativa de preparar os sujeitos contemporâneos para sobreviver na atual racionalidade. E isso não só direcionado para atividades profissionais específicas, como poderíamos pensar, mas também para uma aprendizagem múltipla, em que se aprende um pouco de variadas habilidades, na tentativa de que algo possa gerar algum benefício rapidamente em um mercado de trabalho flexível. Tanto o que está disposto no manual do PME quanto nas atividades realizadas nos IFs que

descreveremos logo a seguir vêm ao encontro do que vimos anteriormente em Simons e Masschelein (2011) sobre a sociedade da aprendizagem e a importância dada ao ato de aprender a aprender como um meio de produzir sujeitos úteis ao Estado governamental.

No que diz respeito aos IFs, A ROBOTIF, cujo *slogan* é “Motivando o aprendizado através da robótica”, define em seu *site* que a robótica educacional “é o termo usado para descrever o uso de peças, componentes e placas reaproveitadas ou *kits* pedagógicos com o intuito de desenvolver as habilidades e competências dos estudantes para o aprendizado tecnológico” (2014). Já o *site* da ROBOCHARQ explica que a competição “visa estimular a criatividade e a habilidade dos nossos alunos para a resolução de diferentes problemas [...]” (2015). Ambas mobilizam um grande número de estudantes de diferentes câmpus e os conquistam de maneira semelhante à que ocorre nas competições de esportes tradicionais, como o futebol, no que diz respeito a pontuações, *rankings*, embates entre equipes, torcida e premiações. A diferença central está na substituição do esforço físico pelo uso da criatividade e do raciocínio, já que a atuação dos competidores se dá a partir de tarefas que exigem montar, remontar, programar e reprogramar seus robôs para que consigam executar as funções e movimentos solicitados em cada tarefa.

Sobre a ampliação das oportunidades de aprendizado como objetivo central para se trabalhar a atividade de Tecnologias educacionais no PME, podemos inferir que essas oportunidades conduziram ao mesmo objetivo: a aprendizagem de variadas habilidades para gerir a vida, o tempo, o espaço, e não apenas o emprego ou a renda que se pretende gerar pela Ação relação Escola-Comunidade, por exemplo. Considerando-se que dentre as características pretendidas para os sujeitos do Estado neoliberal está a capacidade de reconfigurar-se, há indícios de que a presença da robótica no PME e nos IFs seja uma ferramenta que opera de maneira bastante persuasiva para a conquista desse objetivo.

Nesta direção, no que diz respeito à aprendizagem, Saraiva (2013) mostra que uma das características da escola contemporânea é a valorização de outras estratégias pedagógicas para trabalhar com alunos, na busca por sua efetiva aprendizagem. Porém, mais do que a aprendizagem dos conteúdos escolares, as escolas pretendem produzir determinados tipos de sujeito. Orientados pela racionalidade contemporânea, os discursos que circulam atualmente preconizam a formação de alunos que precisam aprender a ser capazes de tomar decisões, a ser sujeitos críticos, responsáveis, empreendedores e proativos (SARAIVA, 2013).

Essa centralidade para a aprendizagem também é possível notar na ação Relação Escola-Comunidade, quando destaca que

A escola amplia a sua relação com a comunidade e, por meio da troca de saberes, pode promover um redimensionamento da sua prática pedagógica, tornando-se mais inclusiva e competente na sua ação educativa (BRASIL, 2014, p. 29).

Novamente, são as dimensões da aprendizagem colocadas no centro das práticas para a produção dos empresários de si que a governamentalidade neoliberal necessita. O princípio de inteligibilidade da contemporaneidade é marcada pela concorrência, que atravessa a sociedade em todos os seus níveis e em todas as suas esferas (SARAIVA, 2014). A concorrência se faz presente entre as empresas, mas também entre os indivíduos, que hoje necessitam ser empreendedores de si mesmos. Há a necessidade de multiplicarem seu capital humano, como na esfera econômica, como se fossem uma empresa.

Há um imperativo na atualidade, que é o de se manter na concorrência por posições sociais melhores, bons cargos, boa situação econômico-financeira. E pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social precisam se esforçar um pouco mais para superar a concorrência que permeia essa governamentalidade. Então é a governamentalidade neoliberal que tenta manter esses sujeitos dentro do jogo concorrencial, em condições para investir em seu capital humano, consumir e aproveitar tantos benefícios quanto possível. Afinal, o mercado ganha com isso. Assim, entendemos os IFs, o PME e a ação Relação Escola-Comunidade como propostas governamentais que procuram se enquadrar em um princípio de inteligibilidade, ou seja, efetivamente produzir sujeitos capazes de satisfazer plenamente suas necessidades.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dadas as análises realizadas, é possível visualizar de maneira um tanto nítida a trajetória da Educação Profissional brasileira e o funcionamento do PME e da Relação Escola-Comunidade atravessados por questões como a governamentalidade, a expansão industrial da primeira metade do Século XX, o neoliberalismo, o ingresso das inovações tecnológicas que reconfiguram os sistemas de produção, o capitalismo cognitivo e o empresariamento de si necessários ao sujeito contemporâneo habitante da sociedade da aprendizagem.

Não é o objetivo, aqui, fazer crítica ou desqualificar os Institutos Federais e o PME, até porque essas propostas parecem estar alguns passos à frente das de muitas escolas no que diz respeito às experiências e oportunidades que proporcionam aos estudantes. No entanto, é relevante compreender os processos que permitiram que progressivamente chegássemos ao

tipo de educação que acontece hoje, até para que percebamos que a educação não é neutra e que os discursos que a colocam como salvadora do mundo e como imprescindível aos sujeitos são apenas a ponta de um *iceberg* que carrega, submersas, as engrenagens da governamentalidade.

Parece clara a presença das ideias de governamentalidade neoliberal e de sociedade da aprendizagem nessa atual configuração de educação, mas nos resta saber o quanto elas vêm de fato impactando e conquistando os sujeitos em escolarização nos IFs ou no PME para que se tornem empresários de si. Ainda que sejam perguntas complexas para serem respondidas, como será possível de algum modo chegar-se a uma análise disso? O quanto as intensas atividades com projetos, da maneira como costumam ocorrer, estão capacitando os sujeitos a tornarem-se aprendizes ao longo da vida?

A respeito dos projetos de educação analisados neste artigo, as temáticas incluídas nos currículos escolares visariam produzir sujeitos como os que elencamos a seguir e que seriam produtos das configurações de educação abordadas por Simons e Masschelein (2011) e Saraiva e Veiga-Neto (2009). Primeiro, sujeitos críticos, prudentes, capazes de agir de modo a garantir seu sustento físico, social, financeiro e econômico porque tanto o PME quanto os IFs procuram alinhar seus participantes às expectativas da sociedade da aprendizagem e do mercado de trabalho contemporâneo. Segundo, sujeitos capazes de gerir seus riscos, seu espaço, seu tempo, seus saberes, suas responsabilidades, seus direitos e deveres, sua vida e de sua comunidade porque o PME e os IFs também trabalham para a moralização dos sujeitos quando pretendem ensinar seus participantes a serem os sujeitos pretendidos pelos ideais que construíram essas propostas educacionais. Terceiro, sujeitos capazes de inventar e reinventar (produtos, modos de vida e a si mesmos) constantemente, multiplicando seu capital humano já que a lógica das duas propostas não opera pela reprodução mas pela criação de conhecimento, logo, são propostas de educação para a inovação. E quarto, sujeitos capazes de continuar no jogo do mercado, do consumo e da concorrência em todas as esferas da vida porque, através de seu capital cognitivo, serão empresários de si competentes o bastante para se reconfigurarem.

Creemos ser possível notar essa estratégia nas atividades propostas aqui apresentadas para se trabalhar com os alunos, em especial a educação para a inovação, para gestão da carreira, a aprendizagem por projetos de pesquisa e os projetos envolvendo Robótica e Tecnologias. E tudo isso diante da impermanência, uma das principais características da modernidade líquida, que nos interpela a nos prepararmos a todo instante para o devir, um lugar e um tempo que não sabemos muito bem quais são, nem o que vai acontecer. A

Robótica e as Tecnologias da Informação e Comunicação, aliás, têm muita relação com o devir, uma vez que, ao contrário das tecnologias que as precederam em outras épocas, são pouco estáveis e lidam muito com a automação, a customização e reconfiguração de processos para atender a necessidades industriais e de mercado que mudam com rapidez. Ao se considerar isso, não é difícil mensurar a força que têm os artefatos tecnológicos para a formação de empresários de si e empreendedores na contemporaneidade e compreender sua progressiva inserção em propostas educacionais. Pensamos que tais projetos estão sendo empreendidos como a forma encontrada para governar, ou seja, conduzir as condutas dos sujeitos protagonistas destas ações, tanto alunos quanto professores, pais, e as pessoas de outras instituições que possam vir a contribuir com essas propostas.

As problematizações aqui trazidas possibilitam pensar em muitas outras questões e abordagens ou estudos, os quais, por serem muito produtivos para abrir novas e infinitas discussões, não couberam neste trabalho. Portanto, esperamos poder inspirar outros estudos nesta direção, e contribuir, mesmo que introdutoriamente, para que outros pesquisadores possam também iniciar importantes trabalhos sobre os temas e conceitos aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

BLOG ESCOLA ABERTA AGENOR DE SOUZA LÉ. **Oficinas de Qualificação para o Trabalho/Geração de Renda.** Disponível em <http://escolaabertaagenordesouzale.blogspot.com.br>. Acesso em 21 abr. 2016.

BRASIL. MEC. **Decreto nº 7566 de 1909.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso 16 nov. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4024 de 1961.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso 16 nov. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5962 de 1971.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso 16 nov. 2015.

_____. **Lei nº 6545 de 1978.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso 16 nov. 2015.

_____. **Lei nº 11892 de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso 16 nov. 2015.

_____. MEC/SETEC. **Linha do tempo da rede federal de educação profissional e tecnológica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>. Acesso 10 ago. 2015.

_____. **Manual operacional de Educação Integral**. Brasília: MEC, 2014.

CIÊNCIA HOJE. **Escolarizando o mundo**. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/alo-professor/intervalo/2014/01/escolarizando-o-mundo>. Acesso 13 nov. 2015.

IFSUL. **Núcleo de Inovação Tecnológica**. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1526&Itemid=258
Acesso em 30 nov. 2015.

_____. **Site da ROBOCHARQ**. Disponível em: <http://campus.charqueadas.ifsul.edu.br/robocharq/site>. Acesso em 7 abr. 2016.

_____. **Site da ROBOTIF**. Disponível em: http://www.camaqua.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=432:2o-robotif. Acesso em 7 abr. 2016.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SARAIVA, Karla. **A aliança biopolítica educação-trabalho**. Pro-posições, v. 25, n. 2 (74), p. 139-156, mai/ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v>

_____; VEIGA-NETO, Alfredo. **Capitalismo cognitivo, modernidade líquida e educação**. Educação & Realidade, v. 34, n. 2, Porto Alegre, p. 187-201, mai-ago. 2009. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8300/5538>.

_____. **Educando para viver sem riscos**. Educação, v. 36, n. 2, maio/ago, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/faced/article/view/12894/9448>.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. **Sociedade da aprendizagem e governamentalidade: uma introdução**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, pp.121-136, Jan/Jun 2011. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/simons-masschelein.pdf>. Acesso 13 nov. 2015.